



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARQUIVÍSTICA

**90 Anos do Arquivo Histórico de Moçambique: Desafios e perspectivas da única instituição
arquivística em Moçambique**

O Candidato:

Alberto Rafael Machado Júnior

O Supervisor:

Dr. Alberto Calbe

Maputo, Novembro de 2025



**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARQUIVÍSTICA**

**90 Anos do Arquivo Histórico de Moçambique: Desafios e perspectivas da única instituição
arquivística em Moçambique**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Arquivística da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Arquivística.

O Candidato:

Alberto Rafael Machado Júnior

O Supervisor:

Dr. Alberto Calbe

Maputo, Novembro de 2025

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Licenciatura em Arquivística

**90 ANOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS DA ÚNICA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA EM MOÇAMBIQUE**

O Candidato: Alberto Rafael Machado Júnior

O JÚRI

O Presidente: Mestre Fátima Juma D. Pais
Escola de Comunicação e Artes

O Supervisor:
Dr. Alberto Calbe

O Oponente: Mestre Leonor Celeste Silva

Maputo, Novembro de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com profundo amor e eterna gratidão, aos meus pais, **Alberto Rafael Machado** e **Leonor Maximiano Chitsonzo**, cujos ensinamentos, sacrifícios e valores moldaram o alicerce da minha existência. Foram eles que me ensinaram, com o exemplo silencioso do esforço diário, que a educação é a chave que abre as portas do futuro e que a dignidade reside na perseverança diante das adversidades.

À minha amada esposa e incansável companheira de jornada, **Vânia Delane Machado**, dedico cada linha desta monografia. Com sua presença serena, apoio incondicional e amor inabalável, ela foi luz nos momentos de incerteza e força nas horas de cansaço. Ao seu lado, trilho não apenas o caminho da vida, mas também o da realização intelectual e pessoal.

E, de maneira especial e com o coração transbordando de ternura, dedico este trabalho às minhas filhas queridas, **Lirandzo Alberto Machado** e **Olluchi Irene Machado**, que representam o meu maior legado e inspiração. Que este esforço acadêmico seja para elas um testemunho de que os sonhos se constroem com fé, coragem e determinação. Que cresçam orgulhosas da sua história e firmes no propósito de conquistar os seus próprios caminhos com sabedoria e dignidade.

A todos vocês, que são a razão do meu caminhar, ofereço esta conquista como símbolo do meu amor e da minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por estar comigo em todos os momentos e em todos os lugares, protegendo-me, fortalecendo-me e renovando a minha fé para que eu jamais desista dos meus sonhos. Sem a Sua graça e presença constante, nada disso teria sido possível.

Expresso a minha profunda gratidão ao **Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)**, especialmente ao pessoal de vários Departamentos por onde tive a oportunidade de passar, pelo acolhimento, colaboração e partilha de saberes ao longo da minha trajectória.

Agradeço, igualmente, ao corpo técnico-administrativo da **Escola de Comunicação e Artes (ECA)** e aos seus **docentes**, que com dedicação, empenho e conhecimento contribuíram significativamente para a minha formação académica.

Os meus agradecimentos especiais vão à **Dra. Leonor Celeste**, ao **Dr. Abel Pelembe** e ao **Dr. Alberto Calbe**, por toda a orientação, paciência e disponibilidade demonstradas ao longo dos anos, e, em particular, neste importante momento de supervisão do trabalho de conclusão de curso. O vosso apoio foi fundamental.

Aos meus colegas de serviço e companheiros de jornada, **Dr. Armando Vilanculos**, **Dr. Evidêncio Paulo**, **Arlindo Surial** e **Chadreqe Ngome**, deixo o meu sincero reconhecimento pela amizade, incentivo e camaradagem nas muitas batalhas que enfrentamos juntos.

Aos meus tios, **Mestre Roberto Maximiano Chitsonzo** e **Dra. Bertina Cândido Chitsonzo**, agradeço profundamente pelo apoio constante, tanto no aspecto material quanto moral. O vosso suporte foi vital em inúmeros momentos da minha caminhada.

Estendo a minha gratidão aos meus sogros, **Engenheiro Salomão Isac Delane** e **Dra. Ire Piores**, pelo encorajamento e apoio ao longo desta jornada.

Por fim, deixo um agradecimento especial ao casal **João Uthui e Ruthe Uetela Uthui**, pelo carinho, apoio familiar e incentivo que me acompanharam até aqui.

A todos vocês, que directas ou indirectamente fizeram parte desta caminhada, o meu muito obrigado!

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Alberto Rafael Machado Junior**, estudante do curso de Licenciatura em Arquivística na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), declaro por minha honra que o presente trabalho nunca foi apresentado na UEM ou em qualquer outra instituição de ensino superior, e é resultado da minha própria investigação. As fontes e materiais utilizados estão devidamente indicados no texto e na bibliografia.

Alberto Rafael Machado Junior

.....

Maputo, Novembro de 2025

DECLARAÇÃO DE SUPERVISOR

Alberto Calbe Jaime, docente da Escola de Comunicação e Artes - ECA, declara ter tutelado a Monografia do estudante **Alberto Rafael Machado Junior**, por ter concluído, recomenda-a submeter à direcção do curso de Licenciatura em Arquivística para posteriores procedimentos.

Tutor

Alberto Calbe Jaime

Maputo, Novembro de 2025

SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

AHM: Arquivo Histórico de Moçambique

ECA: Escola de Comunicação e Artes

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

ONU: Organização das Nações Unidas

PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado

UEM: Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo analisar os desafios e as perspectivas enfrentados pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), ao longo dos seus 90 anos de existência. Considerando que o AHM é a única instituição arquivística nacional formalmente constituída, a pesquisa examina sua evolução histórica, estrutura organizacional, limitações operacionais e o seu papel na preservação da memória colectiva Moçambicana. A investigação baseia-se numa abordagem qualitativa de carácter exploratório, combinando pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com profissionais da área. Os resultados apontam para constrangimentos estruturais, tecnológicos, financeiros e de recursos humanos, os quais comprometem a eficiência da gestão arquivística. Conclui-se que a implementação de uma política nacional de arquivos, investimentos sustentáveis e valorização profissional são fundamentais para o fortalecimento do AHM e para a consolidação da sua missão institucional.

Palavras-chave: Instituições arquivísticas. Preservação documental. Acesso à informação. Políticas arquivísticas. Memória

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges and prospects faced by the Historical Archives of Mozambique (AHM) throughout its 90 years of existence. As the only formally established archival institution in the country, AHM plays a crucial role in preserving Mozambique's documentary heritage. The research adopts a qualitative and exploratory approach, combining bibliographic and documentary analysis with interviews of archival professionals. The findings reveal structural, technological, financial, and human resource limitations that hinder efficient archival management. The study concludes that implementing a national archival policy, ensuring sustainable investment, and valuing archival professionals are essential to strengthen AHM and consolidate its institutional mission.

Keywords: Archival institutions. Documentary preservation. Access to information. Archival policies. Memory

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	iii
DECLARAÇÃO DE SUPERVISOR.....	iv
SÍMBOLOS E ABREVIATURAS	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema da Pesquisa.....	2
1.1. Objectivos	4
1.1.1. Objectivo Geral.....	4
1.1.2. Objectivos Específicos.....	5
1.3. Justificativa	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1. Os arquivos: conceito, função e finalidade	7
2.2. Instituições arquivísticas.....	9
2.3. Memória.....	12
2.4. Acesso.....	16
3. METODOLOGIA	20
4. O ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE	22
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	24
5.1. Evolução histórica e transformação institucional do AHM (1934 – 2024).....	24
5.2. Desafios estruturais, tecnológicos, financeiros e de capacitação profissional no AHM.....	28
5.2.1. Limitações estruturais	28
5.2.2. Carências tecnológicas e digitalização limitada.....	29
5.2.3. Insuficiência de recursos financeiros	31
5.2.4. Fragilidades na capacitação e valorização profissional.....	32
5.3. Práticas e estratégias de preservação e acesso documental adoptadas pelo AHM.....	33
5.4. Estratégias para o fortalecimento do AHM à luz das tendências arquivísticas e necessidades nacionais	34

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
GUIÃO DE ENTREVISTA.....	42

1. INTRODUÇÃO

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), criado em 1934, é a principal instituição responsável pela preservação, gestão e difusão do património documental moçambicano. Com uma existência de 90 anos, o AHM consolidou-se como o guardião da memória histórica nacional, reunindo e conservando documentos que atravessam distintos períodos da história política, administrativa, cultural e social de Moçambique.

No entanto, o AHM enfrenta actualmente uma série de desafios que comprometem a sua missão institucional, entre os quais se destacam a escassez de recursos financeiros e humanos, as limitações tecnológicas, a falta de infra-estruturas adequadas, bem como as barreiras ao acesso da informação. Como única instituição arquivística formalmente estabelecida no país, o AHM tem diante de si a responsabilidade de adaptar-se às exigências contemporâneas da sociedade da informação, onde as dinâmicas digitais, a gestão estratégica de documentos e o acesso universal à informação são fundamentais para o fortalecimento da cidadania e da governação democrática.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objectivo geral **analisar os desafios e as perspectivas do Arquivo Histórico de Moçambique, destacando a sua importância como única instituição arquivística nacional e o seu papel na preservação e gestão do património documental do país**. Para atingir esse objectivo, foram definidos os seguintes objectivos específicos: (i) investigar a trajectória institucional do AHM desde a sua fundação; (ii) identificar os principais desafios enfrentados ao longo do tempo; (iii) avaliar as práticas actuais de gestão documental e de acesso ao acervo; e (iv) propor estratégias que permitam o fortalecimento e modernização da instituição.

A metodologia utilizada baseia-se numa abordagem qualitativa de natureza exploratória. Foram combinadas a pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de construir o referencial teórico e compreender a evolução do AHM, e a realização de entrevistas com profissionais da área, visando recolher percepções e experiências sobre o funcionamento actual da instituição. Este percurso metodológico permitirá traçar um diagnóstico crítico do AHM e apresentar propostas concretas para o seu aprimoramento.

A estrutura do trabalho está organizada em seis capítulos principais. O primeiro capítulo corresponde a esta introdução, onde se apresenta o tema, o problema da pesquisa, os objectivos e a justificativa. O segundo capítulo aborda o referencial teórico, trazendo conceitos fundamentais sobre arquivos, instituições arquivísticas, memória e acesso à informação, elementos essenciais para compreender o papel estratégico do AHM. O terceiro capítulo trata da metodologia de investigação, explicitando os procedimentos e técnicas utilizados na recolha e análise dos dados. Por fim, o quarto capítulo vai servir para a descrição do nosso objecto de estudo, no caso o AHM, trazendo aspectos ligados a criação, estrutura, organização e funcionamento, o quinto capítulo vai trazer a análise e discussão de dados colectados com vista a aferir o cumprimento integral dos objectivos e por fim, o sexto capítulo visa trazer as considerações finais.

Este estudo pretende contribuir para o debate em torno da valorização dos arquivos públicos em Moçambique, reconhecendo o AHM não apenas como depositário de documentos, mas como um actor activo na preservação da memória colectiva e no suporte às políticas de transparência e cidadania.

1.1.O problema da Pesquisa

São evidentes as transformações oriundas da sociedade nos dias actuais, as quais remetem às organizações a necessidade de integração, com vista a conseguirem acompanhar as constantes mudanças surgidas no mercado ou meio, sobretudo na área da gestão da informação.

Santa Anna e Silva (2015, p. 36) sustentam essa constatação, afirmando que a explosão da informação, acompanhada pelo processo de globalização e pelo crescimento acelerado das novas tecnologias, condiciona as organizações — sobretudo aquelas ligadas ao mercado da informação — a adoptarem mecanismos de interacção, de modo a romper as limitações de tempo e espaço, facilitando o compartilhamento de informações e, por conseguinte, satisfazendo as exigentes necessidades dos usuários da informação.

Neste contexto, destacam-se as instituições arquivísticas, que, de acordo com Silva (2016, p. 403), têm a responsabilidade social de garantir o acesso às informações contidas nos seus

acervos, de forma a assegurar uma transferência de informação adequada e satisfatória ao cidadão.

Nesse sentido, Fonseca (1998, p. 38), citado por Mariz (2012, p. 31), define instituições arquivísticas como entidades cuja finalidade é a gestão dos acervos produzidos por outras instituições públicas de uma mesma esfera de poder, em função das actividades de uma administração ou de um governo. Estas caracterizam-se por gerir e disponibilizar um acervo documental com dupla função informativa: a) apoio administrativo no dia-a-dia das instituições; b) pesquisa histórico-cultural.

À luz dessa definição, adentramos no cenário arquivístico moçambicano, caracterizado pela escassez de instituições arquivísticas. Na perspectiva de Nharreluga (2014, p. 21), ao abordar o cenário de configuração e o papel da instituição arquivística em Moçambique, destaca-se o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) como uma instituição arquivística pública por sinal, a única criada em 1934, pela Portaria n.º 2.267, de 27 de Junho, no contexto político que caracterizava Portugal (e Moçambique enquanto colónia deste) na década de 1930.

Criado junto à Repartição Técnica de Estatística, o AHM tinha, de acordo com essa portaria, como objectivo “reunir, num arquivo único, os muitos e importantes documentos existentes nos vários arquivos da Colónia que interessam à constituição de um arquivo histórico de Moçambique (...) e organizar (...) uma colecção bibliográfica sobre Moçambique”. A partir de 1939, ano em que as suas funções foram mais bem definidas, destaca-se como “instrumento de cultura histórica e de arquivo do Governo da Colónia”, segundo o art. 2 do Diploma Legislativo n.º 635, de 19 de Abril de 1939.

Ainda segundo Nharreluga (2014, p. 22), o AHM, como primeira e até hoje única instituição arquivística pública no contexto moçambicano, resulta da necessidade de preservar a memória e a tradição do povo moçambicano. Nesta vertente, a constituição do AHM, bem como o desenvolvimento da prática arquivística em Moçambique, reflectem as necessidades da sociedade, considerando as funções do Estado e a centralidade do poder. Aliás, entendemos que, nesse âmbito, desenham-se diversas matrizes de instrumentalidade que, embora implícitos na trajectória desta instituição, a definem como instrumento de informação, memória, conhecimento e poder.

Observado atentamente, porém, o AHM revela uma orientação periférica e precária, acentuada após a independência nacional, devido à sua vinculação à estrutura político-administrativa do Estado e, conseqüentemente, à fragilidade da sua estrutura e funcionamento enquanto lugar de informação e de memória consubstanciado por práticas arquivísticas.

Volvidos 90 anos desde a sua criação, o AHM continua a enfrentar os mesmos problemas elencados por Nharreluga (2014). Com a crescente influência das tecnologias de informação e comunicação no contexto arquivístico, essa instituição vê-se “obrigada” a reinventar-se, de modo a acompanhar as novas dinâmicas e a salvaguardar o seu papel como instituição arquivística com estatuto de arquivo nacional. Deve, portanto, promover a gestão de arquivos, não apenas dos documentos já recolhidos, mas também dos que permanecem nos órgãos de origem, garantindo o direito ao exercício da cidadania por meio do acervo sob a sua custódia. Neste contexto e à luz dessa constatação, surge a pergunta que norteará a presente proposta de pesquisa:

Que desafios e perspectivas se esperam do AHM, tendo em conta a sua condição de única instituição arquivística existente no país?

1.1.Objectivos

Os objectivos de uma pesquisa, tem a intenção de esclarecer aquilo que o pesquisador pretende desenvolver, desde os caminhos teóricos até os resultados a serem alcançados. Dessa forma, o percurso investigativo torna-se mais fácil. Para Marconi & Lakatos (2003, p.24) “toda pesquisa deve ter um objectivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar.” Definir objectivos de pesquisa é um requisito para desenvolver uma pesquisa científica. Neste sentido eles dividem-se em geral e específicos.

1.1.1. Objectivo Geral

- Analisar os desafios e as perspectivas do Arquivo Histórico de Moçambique ao longo dos seus 90 anos de existência, destacando a sua importância como a única instituição arquivística nacional e o seu papel na preservação e gestão do património documental do país

1.1.2. Objectivos Específicos

- Investigar a trajectória do Arquivo Histórico de Moçambique desde a sua fundação, identificando as principais fases de desenvolvimento e transformação institucional;
- Identificar e analisar os principais desafios enfrentados pela instituição ao longo dos anos, incluindo limitações estruturais, tecnológicas, financeiras e de capacitação profissional;
- Avaliar as práticas e estratégias adoptadas pelo Arquivo Histórico de Moçambique para a preservação do acervo documental e sua acessibilidade ao público;
- Propor recomendações e estratégias para o fortalecimento da instituição, considerando as tendências globais da arquivística e as necessidades nacionais de gestão documental.

1.3. Justificativa

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) completa 90 anos de existência, consolidando-se como a principal instituição arquivística do país. Como guardião do património documental moçambicano, o AHM desempenha um papel fundamental na preservação da memória nacional, fornecendo subsídios essenciais para a investigação histórica, cultural e administrativa. No entanto, apesar da sua relevância, a instituição enfrenta inúmeros desafios que impactam a sua funcionalidade e eficiência na gestão de documentos e arquivos.

Este trabalho de culminação do curso justifica-se pela necessidade de avaliar criticamente a trajectória do AHM, destacando suas conquistas e os obstáculos que enfrenta na contemporaneidade. A escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, aliada à crescente demanda por acesso digital e transparência na gestão documental, exige um olhar aprofundado sobre as estratégias e políticas arquivísticas implementadas pela instituição. Dessa forma, torna-se imprescindível compreender como o AHM pode se modernizar e se adaptar aos desafios do século XXI, garantindo a preservação e o acesso contínuo ao acervo documental moçambicano.

Além disso, a pesquisa se propõe a analisar as perspectivas para o futuro do AHM, considerando o desenvolvimento de novas tecnologias, a capacitação de profissionais da área e a implementação de políticas públicas que fortaleçam o sector arquivístico no país. O estudo visa contribuir para o aprimoramento das práticas arquivísticas em Moçambique, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam orientar gestores, pesquisadores e demais interessados na área da arquivística.

Assim, a relevância desta investigação reside na necessidade de se repensar o papel e a sustentabilidade do AHM, promovendo um debate qualificado sobre o seu presente e futuro. O projecto busca, portanto, não apenas compreender os desafios enfrentados, mas também apontar caminhos e soluções para que a única instituição arquivística de Moçambique possa continuar cumprindo sua missão de preservação da memória nacional com eficiência e inovação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objectivo de fornecer a base conceitual e metodológica para o estudo. Neste sentido, os assuntos centrais que serão debatidos e que sustentam a temática da pesquisa, com destaque ao arquivo, buscando debater sobre seu conceito, funções e finalidade, instituições arquivísticas também na vertente conceitual e o seu processo evolutivo tendo em conta as diferentes realidades, a instituição arquivística moçambicana e por fim, instituições arquivísticas e seus desafios e perspectivas no contexto do acesso a informação.

2.1. Os arquivos: conceito, função e finalidade

De acordo com Vilhena e Dias (2019, p.82 apud Thiesen, 2009) as instituições patrimoniais, instituições de preservação ou instituições de memória: arquivo, biblioteca e museu são espaços privilegiados para a pesquisa e a construção de saberes. Na perspectiva do mesmo autor, trata-se de lugares repositórios de bens culturais e patrimoniais a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Tanus (2014) destaca que, as três instituições foram e são igualmente importantes para a construção social da história e da memória da humanidade. Usufruir de tais locais é se apropriar de nossa história, nossa memória e de nossa identidade, a fim de perceber a diversidade cultural, os diferentes tipos de patrimónios material e imaterial, as colecções bibliográficas, arquivísticas e museais.

Considerando os objectivos do presente trabalho, o enfoque assentará nos arquivos, na sua vertente de lugar de disseminação de informação e construção e preservação de informações institucionais.

Para abordar o conceito do arquivo, faz se necessário destacar-se o carácter polissémico que o termo arquivo ostenta, isto é, o mesmo tem várias acepções. De acordo com Paes (2004, p.20) o termo arquivo pode ser usado para designar:

- Conjunto de documentos;
- Móvel para guarda de documentos;
- Local onde o acervo deverá ser conservado;
- Órgão governamental ou institucional cujo objectivo seja a o de guardar e conservar a documentação; e
- Títulos de periódicos – geralmente no plural, devido à influência inglesa e francesa.

Comumente, a acepção mais usual no contexto das pesquisas da área arquivística é a que envolve a vertente dos conjuntos documentais, definindo arquivo como ilustra o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.27) como o “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade colectiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas actividades, independentemente da natureza do suporte”.

Entretanto, no contexto desta pesquisa, a acepção de conjunto documental embora esteja relacionado, não se enquadra com o objecto do nosso estudo, no caso as instituições arquivísticas, e sendo assim, destacamos a acepção de arquivo como Órgão governamental ou institucional cujo objectivo seja a o de guardar e conservar a documentação anunciado por Paes (2004) acima.

Assim, os arquivos independentes das acepções que ostentam são vistos como instrumentos essenciais de memória, prova e gestão, contribuindo para a preservação da identidade institucional e social. Neste sentido, Paes (2004) destaca sua função e finalidade, afirmando que, que a sua principal finalidade é servir à administração, disponibilizando informações contidas no acervo documental. Já sua função é de tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob a sua guarda.

Para a mesma autora, para que os arquivos possam desempenhar as suas funções, torna-se indispensável que os documentos estejam dispostos de forma a servir ao usuário com precisão e rapidez. A metodologia a ser adoptada deverá atender às necessidades da instituição a que serve, como também a cada estágio de evolução porque passam os arquivos.

De acordo com Paes (2004, p.21-22) esses estágios são definidos como as três idades dos arquivos: corrente, intermediária e permanente. Os arquivos de primeira idade ou de idade corrente são aqueles arquivos em curso dentro de uma instituição. Os arquivos de segunda idade ou intermediários são aqueles documentos que já não são mais consultados frequentemente pelo órgão que o gerou, mas que ainda podem ser solicitados por este mesmo órgão. Por último, os arquivos permanentes ou de terceira idade, que são aqueles conservados pelo seu valor histórico ou documental, por meio dos quais se conhece o passado e sua evolução.

Não é objectivo central deste trabalho abordar e esgotar todas as idades ou estágios dos arquivos, interessa nos a terceira idade, isto é, os arquivos permanente, visto que tem uma estreita relação com o objecto de estudo, no caso as instituições arquivísticas que a depender do país, da tradição administrativa ou da natureza da instituição, as instituições arquivísticas podem ser conhecidas por diferentes denominações, como por exemplo Arquivo Nacional, Arquivo Histórico, Arquivo Público, entre outras denominações de acordo com a configuração político administrativo do país.

Importa referir que, as instituições arquivísticas enfrentam, nos dias actuais, uma série de desafios que comprometem a sua eficácia na preservação e acesso à informação, seja de ordem financeira, humana, tecnológica bem como social, exigindo assim, como forma de superação, uma abordagem mais estratégica, colaborativa e sustentada por políticas públicas claras e eficazes e em Moçambique não é excepção.

2.2. Instituições arquivísticas

Historicamente, é quase inevitável falar das instituições arquivísticas nos moldes actuais sem relacionar com o desenvolvimento da arquivística como campo de conhecimento.

Como já foi referenciado no capítulo anterior e respaldado por Nharreluga (2014, p.77) os arquivos remontam aos primórdios da escrita em antigas civilizações e se desenvolvem marcados por diversas mudanças – que nem sempre significam rupturas – até aos nossos dias.

Schellenberg (2006, p. 25) por sua vez, afirma que os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e IV a.C. os atenienses guardavam

seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública de Atenas. No templo conservavam-se os tratados, leis, minutas da assembleia popular e demais documentos oficiais.

Como se pode aferir, os arquivos nesse contexto sempre existiram para servir a administração do governo e o seu acesso era permitido apenas a um grupo privilegiado da sociedade.

Entretanto, este cenário é alterado segundo Gomes e Pinto (2018) na Revolução Francesa, onde nasce um novo arquivo juntamente com o advento do Estado nacional. As autoras afirmam que, a instituição arquivística, como conhecemos hoje, é fruto desse modelo bastante difundido até meados do século XX e possui três aspectos bem marcantes, onde o Estado assume a responsabilidade pelos arquivos, uma nova administração é desenvolvida e o arquivo amplia sua área de actuação e é concedido o acesso aos acervos, para que a sociedade tenha conhecimento das actividades exercidas pela administração pública, o pleno direito a comprovação da sua história e a construção da memória nacional. Em suma, a instituição arquivística se afirma como a guardiã da documentação do Estado na busca por promoção de direitos.

De acordo com Mariz (2012, p.31) a concepção de instituição arquivística de acordo com o modelo pioneiro criado na França foi amplamente reproduzida na Europa e nas Américas, guardadas as especificidades de cada país; estabeleceu-se um modelo institucional que permaneceu até meados do século XX, pelo qual a “instituição arquivística é aquele órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização”. Esta concepção modificou-se depois da II Guerra Mundial. À luz da gestão de documentos, que revoluciona a arquivologia tradicional, as instituições arquivísticas ampliaram seu espectro e funções, e foram obrigadas a reformular suas estruturas e a redefinir seu papel (FONSECA, 1998, p. 38 MARIZ, 2012).

Diante dessa nova configuração de instituição arquivística, urge a necessidade de trazer uma definição condizente, sem descorar os objectivos do presente estudo.

Neste sentido, Jardim (2010) define instituição arquivística como aquelas organizações cuja actividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos produzidos por uma dada esfera governamental.

Lopes (2005) define Instituições arquivísticas como centros especializados na gestão e guarda de acervos documentais de valor permanente, actuando na organização, conservação e disseminação da informação arquivística.

Numa outra dimensão, traz uma diferenciação entre as instituições arquivísticas públicas e serviços de arquivos internos de uma instituição pública, afirmando que, nas primeiras, o arquivo é a actividade-fim; estas são instituições cujo objectivo é a gestão dos acervos produzidos por outras instituições públicas de uma mesma esfera de poder, em função das actividades de uma administração, de um governo. No segundo caso, trata-se de actividade-meio; o serviço de arquivo também lida com documentos públicos, mas de uma instituição específica.

Como se poder ver, independentemente da abordagem, podemos concluir através das definições acima que, as instituições arquivísticas são estruturas organizadas com funções técnicas especializadas voltadas à custódia, preservação e disponibilização dos documentos de valor permanente, sendo fundamentais para garantir o acesso à informação, a transparência administrativa e a preservação da memória institucional e colectiva, se configurando em pilares essenciais na construção da memória, na garantia de direitos e no fortalecimento da cidadania e da governança pública.

Nesta vertente, Jardim (1986, p.39) destaca os objectivos de uma instituição arquivística, apontando os seguintes:

- Apoiar a administração pública, agilizando e minimizando os custos operacionais do processo de disseminação das informações necessárias à tomada de decisões;
- Apoiar o desenvolvimento cultural, fomentando a constituição e divulgação do acervo arquivístico, segmento significativo do património documental no qual a nação se reconhece ao identificar nele a trajectória do Estado e da sociedade civil;
- Apoiar o exercício da cidadania, garantido ao cidadão acesso aos documentos, na comprovação dos seus direitos frente ao Estado ou na investigação científica; e
- Promover políticas arquivísticas nas suas respectivas esferas federal, estadual ou municipal, contribuindo para a protecção do acervo nacional.

O mesmo autor destaca que objectivos conjugados convergem para o objectivo último de democratizar as informações contidas nos documentos sob a guarda dos arquivos públicos, sendo que seu acesso deve, porém, estender-se àqueles documentos já destituídos de valor corrente e intermediário, ainda a localizar, nas administrações que os produziram ou acumulam, sobreviventes de eliminações sem critérios ou outras formas de negligência dos poderes públicos.

Nharreluga (2014, p.92) reforça o posicionamento de Jardim (1986) trazendo uma síntese sobre o papel das instituições arquivísticas e sua relação com a sociedade, afirmando que elas formam um campo constituído, de entre outros aspectos, por serviços arquivísticos situados nos diversos segmentos da estrutura político-administrativa do Estado, nos quais se destacam aspectos organizacionais e técnico-científicos dos arquivos, consubstanciando-se não somente como portadoras de identidades politicamente poderosas conformadas por uma determinada representação sobre o passado, mas também como agentes da informação arquivística governamental que alude à formação de uma memória comum e compartilhada, bem como actores de uma política nacional de arquivos ou não. Com efeito, constituem não somente um campo de acção estatal, quer dizer, de políticas públicas, mas também de práticas – técnico-arquivísticas – que integram todo o ciclo de informação arquivística nas respectivas esferas de organização às quais se encontram vinculadas.

De um nodo geral, pode-se concluir que, as instituições arquivísticas podem contribuir com a garantia de direitos e liberdade de informação ao favorecer o acesso aos documentos que estão organizados em seus acervos. Para tanto, essas instituições, além de cumprir as suas funções de recolhimento, gestão e acesso, preservam a memória de uma sociedade, uma vez que, os documentos materializam aspectos culturais de seus produtores.

2.3. Memória

O conceito de memória tem-se consolidado como um eixo transversal no debate interdisciplinar entre a história, sociologia, filosofia, antropologia e arquivística. Longe de ser uma noção unívoca, a memória é compreendida como um campo epistemológico complexo, que articula dimensões individuais, colectivas, simbólicas e materiais do passado. Seu estudo demanda uma

reflexão sobre como as sociedades constroem, preservam e utilizam representações do tempo pretérito em suas dinâmicas identitárias, políticas e culturais.

Epistemologicamente, a memória deslocou-se da esfera psicológica para uma abordagem mais ampla e social, principalmente a partir dos trabalhos de Maurice Halbwachs,¹ que cunhou o conceito de memória colectiva. Para o autor, a memória não reside apenas na mente individual, mas é moldada socialmente, sendo possível somente no interior de grupos que compartilham referências simbólicas, espaciais e temporais. Essa perspectiva rompe com a concepção tradicional da memória como mera capacidade cognitiva de reter experiências passadas, e a insere no campo das relações sociais e das disputas por narrativas.

Lodolini (1989) citado por Barros e Amélia (2009, p.57) aborda questões históricas envolvendo o surgimento da memória, afirmando que: Desde a mais alta Antiguidade o homem sentiu necessidade de conservar a sua própria “memória”, primeiro sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e de desenhos, e, finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondentes a sílabas ou a letras. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer actividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos.

Como se pode ver, a memória é um produto das ciências humanas, que remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas, de forma a desacelerar o desaparecimento dos sinais do que se deseja manter, em face da necessidade do lembrar.

Com a ampliação dos estudos sobre memória, outros autores passaram a contribuir com diferentes matizes teóricos.

Para Le Goff (1995) a memória é selectiva e orientada por interesses do presente, sendo instrumento de poder ao mesmo tempo em que é constitutiva das identidades culturais. Ele diferencia memória de história, ressaltando que, enquanto a primeira é afectiva e parcial, a segunda busca objectividade e método. No entanto, em contextos pós-modernos, essas fronteiras

¹ HALBWACHS, Maurice. A memória colectiva. São Paulo: Vértice, 1990.

tendem a se diluir, abrindo espaço para uma historiografia mais sensível às vozes silenciadas e à pluralidade de memórias.

Já, no campo das humanidades, Assmann (2011) desenvolve o conceito de memória cultural, que ganha relevância na área. Este autor, propõe uma distinção entre memória comunicativa (ligada à transmissão oral e vivencial entre gerações), e memória cultural, institucionalizada por meio de registros, monumentos, arquivos e práticas de rememoração. Esta última permite a perpetuação de símbolos fundadores de uma colectividade para além da experiência directa, sendo fundamental para a coesão social e a construção da história oficial. Nesse sentido, os arquivos tornam-se instrumentos centrais de mediação entre o passado e o presente, e sua gestão representa uma responsabilidade tanto técnica quanto ética.

Lowenthal (1989) citado por Jardim (1995, p.2) apresenta a relação entre memória, história e relíquias, afirmando que constituem metáforas mútuas, “rotas cruzadas em direcção ao passado”, fontes de conhecimento. Com destaque a memória, o mesmo autor afirma que, memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido. É subjectiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio. Sua primeira função “não é preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente”, não se constituindo, portanto, “em uma reflexão pronta do passado, mas reconstruções selectivas e ecléticas baseadas em acções subsequentes, percepções e códigos maleáveis pelos quais nós delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo.”. A memória é, portanto, processo, projecto de futuro e leitura do passado no presente.

Numa outra dimensão, a memória também tem sido abordada sob a óptica do trauma e da justiça, Ricoeur (2007) propõe a ideia de memória ferida, que exige processos de rememoração e reconhecimento, especialmente em sociedades marcadas por violência política, colonialismo e repressão. A rememoração, nesse contexto, torna-se um dever ético, e os arquivos figuram como dispositivos de testemunho, resistência e reparação. Tal abordagem tem implicações importantes para a actuação arquivística contemporânea, particularmente em contextos pós-conflito ou de transição democrática, onde os documentos não apenas informam, mas também performam papéis de justiça e reconciliação.

É neste contexto, onde aparecem estudos de contemporâneos, com destaque para Joan Schwartz e Cook (2002), defensores da relação entre memória e arquivos. Suas principais ideias estão alicerçadas no entendimento de que os arquivos não são apenas espaços de guarda e custódia de documentos, mas locais de poder e construção de memória. Estes autores afirmam que ao seleccionar, descrever e disponibilizar acervos, os profissionais de arquivo participam activamente da produção de significados sobre o passado, influenciando o que será lembrado ou esquecido. Essa visão desloca a arquivística de uma ciência auxiliar da história para um campo crítico de mediação da memória social.

Segundo Paes (2004, p. 15), "a memória é a função de reter e transmitir experiências, conhecimentos e valores; os arquivos são instrumentos dessa função no âmbito da sociedade". Essa afirmação demonstra a centralidade dos arquivos como espaços privilegiados para a construção e salvaguarda da memória colectiva.

Na mesma direcção, Nharreluga (2014) relação entre arquivos, memória e identidade nacional, e corrobora com os autores supracitados, afirmando que, os arquivos históricos não são apenas espaços de preservação, mas agentes activos na reconstrução da memória colectiva. Ele defende uma abordagem de colonial da arquivística, que considere as formas locais de saber, de organização da memória e os desafios enfrentados pelas instituições arquivísticas em contextos africanos. Sua análise ressalta a importância dos arquivos como espaços de resistência simbólica e de revalorização das memórias subalternizadas durante o período colonial e pós-independência.

Entretanto, com o advento das tecnologias digitais, emergem novos desafios à preservação da memória. Ketelaar (2001) introduz o conceito de "archivalization" para designar as práticas sociais que determinam o que deve ou não ser arquivado, ressaltando que a memória digital é volátil e demanda critérios actualizados de selecção e preservação: "a memória digital exige uma nova sensibilidade arquivística, voltada para a complexidade dos registos electrónicos e sua volatilidade".

Dessa forma, compreender o conceito de memória no campo dos arquivos como nosso principal referencial implica reconhecer a complexidade das relações entre documentos, sociedade e poder. Os arquivos, longe de serem meros depósitos do passado, configuram-se como espaços activos na construção da memória e da história social.

De um modo geral, a memória, portanto, deve ser compreendida como um processo em constante transformação, submetido á dinâmicas de legitimação, esquecimento, resistência e actualização. Em um tempo caracterizado por intensas transformações tecnológicas, por uma superabundância de informações e pela emergência de múltiplas vozes sociais, a gestão da memória adquire novos contornos e desafios. Neste contexto, a actuação de instituições arquivísticas como lugares de preservação da memória e da diversidade cultural, torna-se estratégica, visando o fortalecimento da cidadania e para a manutenção de uma relação crítica com o passado através do acesso às informações em sua custódia.

2.4. Acesso

Epistemologicamente a palavra *acesso* tem origem no latim "*accessus*", que significa *aproximação, entrada, chegada*, derivado do verbo "*accedere*", que significa *aproximar-se, entrar, ir em direcção a*. Este conceito é central e multifacetado, e envolve principalmente a possibilidade de obtenção e entrada de conhecimento, mediação entre o sujeito e o objecto do conhecimento, acesso e poder entre outros aspectos.

Castro (2013) destaca sua natureza multifacetada e transversal, afirmando que o mesmo é objecto de reflexão em distintas áreas do conhecimento. Em sua acepção mais ampla, refere-se à possibilidade, direito ou capacidade de alcançar, utilizar ou dispor de bens, serviços, informações ou oportunidades e está intimamente relacionado à noção de equidade, inclusão e justiça social, e adquire contornos específicos conforme o campo epistemológico em que é aplicado.

No âmbito da educação, o acesso é visto como um instrumento de democratização do saber, sendo crucial para a superação das desigualdades históricas e estruturais. Neste sentido, Freire (1996) ressalta a importância de um modelo educacional pautado na inclusão e no reconhecimento do direito de todos ao conhecimento. O acesso, nesse campo, não se limita ao ingresso nas instituições, mas inclui também as condições de permanência e sucesso académico.

Já, no campo o acesso à justiça é um direito fundamental consagrado por diversas constituições e tratados internacionais. Conforme Cappelletti e Garth (1988), trata-se de um componente essencial do Estado de Direito, uma vez que possibilita ao cidadão a busca pela reparação de seus direitos por meio de mecanismos institucionais adequados, transparentes e acessíveis.

As Ciências Sociais tratam o acesso como indicador de justiça social e cidadania. De acordo com Bourdieu (1983), as formas de acesso a bens simbólicos e materiais são desigualmente distribuídas, reflectindo e reproduzindo relações de poder e dominação na sociedade. Assim, o estudo do acesso envolve também a análise das barreiras estruturais que impedem determinados grupos de atingir plena inserção social.

Na Tecnologia da Informação, o conceito de acesso está directamente relacionado à arquitectura de sistemas e segurança da informação. Abrange os mecanismos que regulam a autenticação e a autorização dos usuários para acesso a bancos de dados, plataformas digitais e serviços em rede (STAL, 2007). Neste contexto, a gestão de acessos é vital para a protecção de dados sensíveis e para a integridade dos sistemas informacionais.

Na área da Arquivística, o acesso é considerado um dos pilares fundamentais da gestão documental, relacionando-se à disponibilização de documentos arquivísticos de forma segura, eficiente e ética.

De acordo com os conceitos acima apresentados nos interessa aquele cuja relação está assente a área Arquivística, visto que, vai de encontro com o objecto do nosso estudo e os seus objectivos,

Nessa senda, Schellenberg (2006), afirma que o acesso deve ser compreendido como a possibilidade de consulta aos documentos de arquivo por parte dos usuários, com base em critérios estabelecidos pela instituição arquivística. Para o autor, a organização e a descrição adequadas são condições essenciais para garantir esse acesso.

Já Cook (1997) introduz uma abordagem mais crítica, ao destacar que o acesso não é um acto neutro, mas sim moldado por decisões arquivísticas que influenciam quais informações serão visíveis e quais permanecerão ocultas. O autor reforça a importância de uma actuação arquivística ética e consciente.

Do ponto de vista jurídico e político, Duranti (2005) discute o acesso em relação à autenticidade e confiabilidade dos documentos digitais, considerando os desafios impostos pela era da informação. Para Duranti, garantir o acesso implica também assegurar que os documentos arquivísticos mantenham sua integridade ao longo do tempo.

Bellotto (2002) enfatiza que o acesso aos documentos é um direito do cidadão e uma condição para o exercício da cidadania. A autora defende que o acesso deve ser promovido por meio de políticas públicas e programas de gestão documental bem estruturados.

Como se pode constatar segundo os escritos dos autores acima apresentados, o conceito de acesso está intimamente ligado aos direitos do exercício da cidadania nos seus diferentes níveis no que tange a busca de informações constantes dos documentos custodiados pelos diferentes órgãos das diferentes administrações para a satisfação de finalidades diferentes.

Macie, Nharreluga (2021, p.11) versam sobre o entrelaçamento entre o acesso e a informação, destacando seus aspectos históricos. Nesse sentido, destacam Silva et all (1998) que afirma que a acessibilidade aos documentos por parte do cidadão comum era bastante controlada desde os tempos clássicos. Na verdade, a acessibilidade aos documentos sempre foi um privilégio para aqueles que detêm o poder.

Ainda na perspectiva dos mesmos autores, o acesso à informação encontra sua forma mais actual na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) de 1948, que, no seu artigo 19, afirma “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Como se pode aferir, a perspectiva assente no artigo do documento citado acima de uma forma geral, é de que, o cidadão tem o direito de procurar e receber informações produzidas pelas diversas instituições estatais, cristalizando a noção de acesso globalmente difundida e discutida no presente estudo.

Portanto, no contexto Moçambicano, Macie (2022, p.6) destaca que uma das longas e grandes batalhas ganhas foi a aprovação da Lei do Direito à Informação (Lei nº 34/2014, de 31 de Dezembro). Esta, que conforme o seu art.1, “visa regular o exercício do direito à informação, a materialização do princípio constitucional da permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública e a garantia de direitos fundamentais conexos”.

Entretanto, mesmo com a aprovação desta Lei, como afirmam Macie, Nharreluga (2021, p.12) o Estado moçambicano sempre se caracterizou pelo secretismo e “ignorância” no tocante à garantia do acesso à informação, fato que pode ser facilmente observado a partir dos textos constitucionais, da própria Lei do Direito à Informação, dos vários programas quinquenais do Governo e da forma de ser e estar da/na administração pública.

De um modo geral, o acesso tem evoluído para além da mera consulta aos documentos, abrangendo dimensões éticas, jurídicas, técnicas e sociais. A literatura aponta para a necessidade de políticas inclusivas e sistemas de informação que respeitem os direitos dos usuários e garantam a integridade e segurança dos acervos documentais e suas respectivas informações.

3. METODOLOGIA

Toda pesquisa tem como base para a obtenção das possíveis respostas, o desenho de uma metodologia que visa clarificar o problema estudado, desde o ponto de vista da sua abordagem, procedimentos técnicos, instrumentos de colecta de dados entre outros julgados pertinentes.

Portanto, Minayo (2007, p. 44) define metodologia como a forma abrangente e concomitante (...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objecto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Portanto, no que concerne a abordagem, nos apoiaremos na pesquisa qualitativa, que na perspectiva de Gerhardt e Silveira (2009, p.31) não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, uma organização, etc. Esta tipologia de pesquisa no presente trabalho, nos apoiará na compreensão dos desafios e perspectivas do AHM como a única instituição arquivística moçambicana no âmbito da sua actuação desde a sua fundação até aos dias actuais caracterizados pelas novas demandas da Sociedade de Informação onde as tecnologias estão em voga.

Sob o ponto de vista do tipo de natureza dos objectivos, irá ser exploratória, como forma de familiarizar com o objecto de estudo, procurando analisar e interpretar a realidade encontrada na AHM e tendo como finalidade proporcionar mais informações que possam possibilitar fazer o diagnóstico completo sobre a actividade arquivística realizada no contexto desta instituição arquivística ao longo do tempo, tendo em conta os desafios e perspectiva que se colocam para a sua afirmação e actuação.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo recorreu a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica teve como foco a selecção de material já publicados, como o caso de livros e artigos científicos sobre o tema aqui proposto e outras fontes que se julgaram pertinentes com vista a buscar mais proximidade. Associamos a pesquisa documental, com o objectivo de

identificar documentos ligados a organização e funcionamento do AHM desde a sua criação até aos dias de hoje, que nos auxiliarão na compreensão das suas competências e atribuições nos diversos momentos de variações funcionais e estruturais que essa instituição sofreu ao longo do tempo.

Para a colecta de dados empíricos, usamos a técnica de entrevista com profissionais da área afectos no AHM, de modo a compreender o actual panorama da instituição e propor soluções para o seu aprimoramento. De acordo com Gil (2008, p.109) pode-se definir entrevista como técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que lhe interessam à investigação. Estas foram dirigidas ao corpo técnico do AHM, uma vez que são estes que recebem documentos de várias instituições e de singulares para a sua preservação e acesso público.

4. O ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) é a principal instituição arquivística do país, com um papel central na preservação e promoção do património documental moçambicano. Criado em 1934, durante o período colonial português, sob a designação de Arquivo do Governo da Colónia de Moçambique, tinha como missão inicial a custódia e organização dos documentos produzidos pela administração colonial. Com a independência nacional em 1975, o AHM passou a ser gerido pelo Estado moçambicano, assumindo novas responsabilidades relacionadas com a construção da memória colectiva nacional.

Desde 1976, o AHM está subordinado à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), constituindo-se numa excepção no contexto africano ao estar vinculado a uma instituição de ensino superior. Essa inserção universitária favorece a articulação entre a prática arquivística, a formação académica e a investigação científica, mas achamos que limita a actuação da instituição na sua função de arquivo nacional.

A estrutura orgânica do AHM compreende diversos departamentos técnicos, entre os quais se destacam: o Departamento de Arquivos Permanentes onde encontramos os documentos de valor histórico recolhidos nos diversos organismos públicos e privados para que depois de organizados sejam de acesso público; o Departamento de Gestão de Documentos que actua como órgão de apoio e assessoria ao Estado e as diversas instituições públicas e privadas em matéria de gestão documental; o Departamento de Investigação e Extensão que apoia nas pesquisas históricas e de difusão do acervo arquivístico preservado no arquivo histórico; o Departamento de Arquivos e Coleções Especiais onde encontramos diverso acervo arquivístico que está preservado em suportes diferentes do papel, e por isso precisam de outro tipo de cuidados na sua guarda; e o Departamento de Tecnologia de Informação e Transferência de Suportes que ajuda a instituição na nova configuração tendo em conta a componente tecnológica, como seja a conservação, restauro, digitalização e acesso em diversos suportes documentais.

Em relação aos recursos humanos, o AHM enfrenta desafios estruturais que impactam directamente a eficácia da sua missão. A instituição conta com um número reduzido de profissionais especializados em arquivística, conservação documental e digitalização, sendo que muitos deles não dispõem de formação continuada. A insuficiência de quadros técnicos

qualificados reflecte-se na limitação das actividades técnicas e na dificuldade em acompanhar as exigências contemporâneas da gestão documental digital e da preservação da memória institucional.

Entre as principais funções do AHM, destacam-se a recolha, tratamento técnico, conservação e disponibilização de documentos de valor histórico, administrativo e cultural, produzidos por instituições públicas e privadas. O AHM também promove o acesso à informação arquivística, disponibilizando os seus fundos a investigadores, estudantes e ao público em geral. Actua, igualmente, na promoção da pesquisa científica e na formação técnica, colaborando frequentemente com a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, para além de outras instituições de ensino e pesquisa.

O acervo do AHM é vasto e diversificado, compreendendo documentos desde o século XVII até à actualidade. Inclui arquivos da administração colonial, das instituições religiosas com destaque a Igreja Católica, de algumas empresas que de certa forma se “confundem” com a história de Moçambique como sejam os Caminhos-de-ferro de Moçambique e Companhia de Moçambique, documentação sobre a luta de libertação nacional, arquivos pessoais de figuras públicas, mapas, fotografias, periódicos e documentos da administração pública pós-independência. Essa variedade de acervo torna o AHM um repositório essencial para o estudo da história de Moçambique e das suas transformações políticas e sociais.

Apesar do seu prestígio institucional e importância estratégica, o AHM enfrenta constrangimentos significativos, como a escassez de financiamento, a degradação física de parte do acervo, a carência de infra-estruturas adequadas as exigências e dimensões de um arquivo nacional², e limitações tecnológicas. Esses desafios dificultam a plena realização da sua missão institucional. Contudo, o AHM continua a ser uma referência nacional e regional na área da preservação documental e memória histórica, devendo ser fortalecido por meio de investimentos estruturais e políticas públicas de valorização do património documental.

² A título ilustrativo, o AHM não tem um edifício de raiz concebido para preservar documentos históricos, funcionando em espaços recondicionados espalhados pela Cidade do Maputo para acomodar o vasto acervo arquivístico recolhido nas diversas instituições existentes no país.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos dados obtidos durante a pesquisa, com o objectivo de compreender, de forma crítica, os desafios enfrentados e as perspectivas delineadas pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) ao longo dos seus 90 anos de existência. A análise baseia-se nas informações colectadas por meio de entrevistas e revisão documental, confrontadas com o referencial teórico previamente estabelecido.

Busca-se, neste momento, interpretar os dados à luz do contexto histórico, político e institucional, evidenciando o papel singular do AHM enquanto única instituição arquivística nacional, responsável pela salvaguarda da memória colectiva e pela promoção do acesso à informação em Moçambique. As reflexões aqui apresentadas contribuem para identificar os principais entraves à sua modernização, bem como para apontar caminhos sustentáveis para o fortalecimento da sua missão institucional no presente e no futuro.

5.1. Evolução histórica e transformação institucional do AHM (1934 – 2024).

De acordo com Nharreluga (2014, p.19) o processo histórico de configuração da instituição arquivística pública em Moçambique – Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) – pode ser observado no contexto histórico de construção do Estado desde o período colonial até a conquista da independência nacional em 1975, passando pelos diferentes momentos de edificação do Estado pós-colonial em Moçambique. Nesse âmbito, a instituição arquivística situa-se como instrumento e testemunho de gestão governamental.

Portanto, desde a sua fundação em 1934, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) passou por profundas transformações institucionais que reflectem os diferentes contextos políticos e sociais do país. Como destaca Nharreluga (2014) O Arquivo Histórico de Moçambique é uma instituição arquivística pública – por sinal a única –, criada em 1934, pela Portaria n° 2.267, de 27 de Junho, dentro do cenário político que caracteriza Portugal (e Moçambique enquanto colónia deste) na década de 1930. Criado junto à Repartição Técnica de Estatística, o Arquivo Histórico de Moçambique tinha, de acordo com esta portaria, como objectivo “reunir, num arquivo único, os muitos e importantes documentos existentes nos vários arquivos da Colónia que interessam à constituição de um arquivo histórico de Moçambique (...) e organizar (...) uma

coleção bibliográfica sobre Moçambique”. A partir de 1939, ano em que suas funções foram mais bem definidas, destaca-se como “instrumento de cultura histórica e de arquivo do Governo da Colónia”, segundo o art. 2 do Diploma Legislativo nº 635, de 19 de Abril de 1939.

Posteriormente, de acordo com o mesmo autor, a partir de 1957 – através do Decreto-lei 41.472, do então Ministério do Ultramar e da Educação Nacional –, a subordinar-se à Direcção dos Serviços de Instrução do Governo da Colónia, onde permaneceu até a proclamação da independência nacional.

Nota-se através dos nossos entrevistados que, a fase supracitada foi marcada por um acesso restrito à informação, voltado quase exclusivamente para os interesses da metrópole, porém, com a conquista da independência nacional e a consequente transição do Governo da Colónia em Governo da República Popular de Moçambique – hoje República de Moçambique –, a Direcção dos Serviços de Instrução daquele transforma-se, em 1975, em Ministério da Educação do Governo da então República Popular de Moçambique (NHARRELUGA, 2014).

Com a independência nacional em 1975, o AHM passou por uma reorientação significativa, assumindo um novo papel como guardião da memória histórica de Moçambique. A instituição passou a valorizar a documentação relativa à luta de libertação nacional e à construção do Estado moçambicano, embora tenha enfrentado sérios desafios estruturais, como a falta de recursos, quadros especializados e políticas arquivísticas coerentes. Esta fase foi importante na redefinição do AHM como um agente de preservação da identidade e da história nacional.

Nharreluga (2014, p.22) explica que, decorrido um ano após a independência de Moçambique do domínio colonial português, o Arquivo Histórico de Moçambique é transferido, através do Decreto 26/76, de 17 de Julho de 1976, do Ministério da Educação para a sua actual vinculação, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – a mais antiga e mais prestigiada instituição pública de ensino superior em Moçambique. Motivada pela necessidade de infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento desta instituição, como se pode depreender dos interlocutores estatais dessa posição, entretanto, a transferência do AHM para UEM torna esta instituição mais periférica no novo Estado moçambicano do que no período colonial.

De acordo com os nossos entrevistados e fazendo um entrelaçamento com os dados do nosso referencial teórico depreendemos que, a vinculação do AHM á UEM, coloca a mesma numa posição onde ressalta a má orientação periférica e precária, acentuada após a independência nacional, denotando uma fragilidade em sua estrutura e funcionamento enquanto lugar de informação e de memória consubstanciado por práticas arquivísticas.

Entretanto, a partir da década de 1990 até 2010, de acordo com os nossos entrevistados, num contexto de abertura política e económica, o AHM passou a beneficiar de iniciativas de cooperação internacional, com destaque para projectos de reabilitação e conservação documental. No entanto, como assinala Nharreluga (2014), essa modernização foi parcial e limitada, dada a inexistência de uma política arquivística nacional integrada e de investimentos sustentáveis em infra-estrutura e recursos humanos.

No período de 2010 a 2024, com o avanço das tecnologias de informação, o AHM tem procurado inserir-se na era digital através de iniciativas de digitalização de acervos e disponibilização pública de conteúdos. Apesar dos esforços, os desafios persistem, nomeadamente no domínio da preservação digital, formação contínua de técnicos e definição de estratégias claras para garantir o acesso democrático à informação. A ausência de uma legislação arquivística robusta e de um sistema nacional de arquivos³ de facto enfraquece ainda mais a sua capacidade de resposta às exigências contemporâneas.

Assim, ao longo dos seus 90 anos de existência, o AHM tem oscilado entre períodos de afirmação institucional e momentos de fragilidade estrutural. No entanto, permanece como a única instituição arquivística nacional, detendo um papel insubstituível na preservação da memória colectiva. Como defende Nharreluga (2014), urge a construção de uma política pública de arquivos que reconheça o AHM como o eixo central de um sistema nacional articulado, capaz de garantir não apenas a conservação, mas também o acesso e a valorização do património documental moçambicano.

O quadro abaixo, apresenta um resumo das diferentes fases que ilustram as transformações institucionais do AHM, suas características e desafios relevantes:

³ No nosso entender, o Sistema Nacional de Arquivos é mais do que preconiza o Decreto n. 84/2018 do SNAE.

N/O	Período	Características principais	Desafios relevantes.
01	1934-1975	Arquivo colonial, acesso restrito, foco burocrático	Submissão à lógica imperial portuguesa
02	1975-1990	Nacionalização dos acervos, valorização da memória da luta	Infra-estrutura precária, escassez de quadros técnicos
03	1990-2010	Cooperação internacional, modernização parcial	Falta de política arquivística nacional
04	2010-2024	Digitalização, tentativa de democratização da informação	Recursos limitados, desafios de preservação digital

Quadro 1: Síntese das transformações institucionais do AHM – Elaborado pelo autor

De um modo geral, podemos aferir que a análise da trajetória institucional do AHM revela que, ao longo de 90 anos, a instituição tem oscilado entre períodos de afirmação identitária e abandono institucional. A sua resiliência, contudo, mostra-se no seu papel central como único arquivo nacional, mesmo diante de fragilidades estruturais e políticas públicas incipientes, associadas a falta de uma política arquivística nacional robusta, que vai reconhecer o AHM como entidade central, é crucial para o futuro dos arquivos em Moçambique.

5.2. Desafios estruturais, tecnológicos, financeiros e de capacitação profissional no AHM

Um dos principais enfoques deste trabalho assenta na identificação de desafios que o AHM enfrenta ao longo dos anos ligados à sua organização e funcionamento, com destaque aos estruturais, tecnológicos, financeiros e de recursos humanos.

Portanto, a Estratégia para a Gestão de Documentos e Arquivos do Estado (2006, p.6) quando aborda de uma forma generalizada a situação da área da documentação e arquivos em Moçambique elenca um conjunto de deficiências que em contrapartida vai se reflectir nos diversos serviços arquivísticos da Administração Pública, com destaque a falta de estrutura de arquivos consolidada em muitas instituições, falta de orçamentação das actividades arquivísticas, falta de recursos humanos qualificados, falta de investimentos na vertente tecnológica arquivística, legislação específica entre outras.

Importa referir que essas deficiências até os dias de hoje persistem e tendem a enfraquecer a área da gestão de documentos e arquivos e as instituições ou serviços arquivísticos, e o AHM não é excepção. Neste sentido, na prossecução do objectivo de identificar e interpretar os principais desafios enfrentados pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), com base nas entrevistas realizadas com quadros instituição.

5.2.1. Limitações estruturais

As limitações estruturais aparecem como uma constante nas falas dos entrevistados. Ambos destacam a degradação física das instalações do AHM, o que interfere negativamente na preservação e segurança do acervo documental. Um dos entrevistados menciona que, após a mudança das instalações da antiga sede para um armazém da UEM, verificam-se infiltrações nos tectos, provocando a danificação dos documentos. Do mesmo modo, o outro entrevistado refere que o estado geral das infra-estruturas é de contínua deterioração, sem melhorias significativas nas últimas décadas.

Conforme Rousseau e Couture (1998), a inadequação das instalações físicas é um dos principais factores de risco à integridade dos arquivos, pois expõe os documentos à acção de agentes físicos, químicos e biológicos. Os arquivos nacionais, por sua missão institucional, devem operar em ambientes que garantam a segurança, a estabilidade climática e a protecção contra sinistros.

Como podemos depreender, a situação descrita pelos entrevistados evidencia um descompasso entre o que se espera de uma instituição arquivística e a realidade enfrentada pelo AHM. Como entidade responsável pela guarda da memória colectiva e pela preservação do património documental do país, é imperativo que o AHM opere em condições estruturais compatíveis com a sua missão institucional. A existência de infiltrações, degradação contínua das instalações e ausência de investimentos significativos ao longo dos anos, conforme relatado pelos entrevistados, compromete directamente a integridade do acervo sob custódia da instituição e não só, eles também têm uma incidência directa na saúde e segurança dos profissionais responsáveis pelo tratamento desse acervo.

Do ponto de vista técnico e normativo, os arquivos nacionais devem dispor de infra-estrutura adequada que assegure condições ambientais estáveis, controle de umidade e temperatura, segurança física e protecção contra agentes de deterioração. A persistência dessas limitações estruturais revela não apenas uma fragilidade material, mas também um *deficit* de prioridade política e orçamentária atribuída à preservação da memória nacional.

Nesse sentido, a constatação empírica dos problemas estruturais no AHM reforça a necessidade de repensar o papel do Estado na salvaguarda do património arquivístico. Um arquivo da dimensão do AHM, não pode ser concebido como um simples repositório físico de documentos, mas como um espaço institucional que requer investimento contínuo, modernização técnica e atenção especializada para assegurar sua função social, histórica e administrativa. Assim, a superação dessas limitações estruturais deve ser vista como um passo essencial para garantir a longevidade da documentação e, conseqüentemente, o direito à memória das gerações presentes e futuras.

5.2.2. Carências tecnológicas e digitalização limitada

Outro ponto crítico está relacionado ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). A Estratégia para a Gestão de Documentos e Arquivos do Estado (2006) aborda ainda que de forma superficial a ligação da área de gestão de documentos e arquivos com as TIC's, destacando que, ao longo das últimas décadas, a gestão de documentos e arquivos nas

instituições do Estado não acompanhou a rápida evolução e introdução das novas tecnologias que, actualmente, são usadas em muitos países do mundo.

É consensual que, no contexto contemporâneo da gestão de documentos e arquivos, as TIC's desempenham um papel estratégico na modernização dos processos arquivísticos, sobretudo no que diz respeito à digitalização e ao acesso remoto à informação.

Entretanto, dos dados recolhidos nos demonstram que o AHM enfrenta severas limitações tecnológicas, que comprometem não apenas a eficiência das suas operações, mas também a sua capacidade de garantir o acesso e a preservação duradoura dos documentos sob sua guarda.

Os nossos entrevistados reconhecem a importância e a necessidade de integração das TIC's no contexto arquivístico. De acordo com o nosso entrevistado segundo dados colectados, o AHM está ciente da evolução tecnológica, mas carece de recursos técnicos e materiais adequados para implementar um programa abrangente de digitalização. Menciona que os esforços que têm sido realizados restringem-se à digitalização de documentos considerados mais relevantes, sendo essa acção pontual e sem um plano estratégico. Do mesmo modo, conforme os dados da pesquisa, o outro entrevistado sublinha que a instituição não possui as infra-estruturas tecnológicas necessárias, nem recursos humanos especializados em tecnologias da informação aplicadas ao contexto arquivístico.

De acordo com o testemunho dos nossos entrevistados, podemos aferir que o AHM está ciente das mudanças que as TIC's têm impulsionado no ambiente organizacional e sobretudo na área da gestão de documentos e arquivos, porém a falta de recursos humanos, recursos financeiros, infra-estruturas adequadas, políticas claras e outros factores, retardam de certa forma o processo de modernização do AHM na qualidade da única instituição arquivística no país.

No que concerne ao processo de digitalização, os entrevistados afirmam que o AHM possui um acervo de inestimável valor histórico, encontra-se impossibilitado de assegurar a sua digitalização e difusão em plataformas electrónicas acessíveis.

Vale destacar que a digitalização também deve ser entendida como uma ferramenta para preservar os documentos frente às ameaças ambientais e estruturais, como humidade, pragas e desgaste físico, factores esses já identificados nas entrevistas como problemas recorrentes nas

instalações actuais do AHM. A inexistência de equipamentos como *scanners* de alta resolução, servidores dedicados e softwares específicos para a gestão de digital evidencia a precariedade da infra-estrutura tecnológica da instituição.

A superação destas carências requer uma intervenção multisectorial, envolvendo o Estado, instituições de ensino (visto que o AHM está vinculado a UEM), parceiros internacionais e o sector privado. Programas de cooperação técnica, financiamento externo e capacitação especializada são elementos-chave para reverter esse cenário.

De um modo geral, as limitações tecnológicas e a digitalização limitada no AHM não apenas revelam um entrave técnico, mas configuram um factor estrutural que impede a democratização da informação, a salvaguarda da memória nacional e a inserção da instituição nos padrões internacionais de gestão documental e arquivística digital.

5.2.3. Insuficiência de recursos financeiros

A insuficiência de recursos financeiros é apontada por ambos os entrevistados como o maior desafio enfrentado pelo AHM. A Estratégia para a Gestão de Documentos e Arquivos do Estado (2006) aborda essa situação destacando que, os programas e projectos de desenvolvimento e investimento aprovados para os sectores de actividade no nosso país, raramente incluem a componente documentação e arquivo na administração pública. Se existem valores orçamentados para esta área, em geral são subdimensionados em relação às actividades a realizar.

Ainda sobre a égide do mesmo documento, a área da gestão de documental é caracterizada por uma carência quase que absoluta em termos de meios (...). De um modo geral, as instituições da administração pública têm dificuldades de meios financeiros para aquisição de estantes, pastas, armários, ficheiros, arquivadores, separadores, livros de registos e, de espaço físico.

Esta dura realidade desponta como o maior entrave para a reabilitação e modernização do AHM, a ponto de até hoje essa instituição não ter edifício próprio e adequado aos seus desafios e funções. De forma unânime, os entrevistados apontam a escassez de financiamento como uma barreira transversal, afectando todos os sectores da instituição — da conservação documental à aquisição de materiais de protecção, formação de quadros e manutenção do espaço físico.

Conforme o nosso resultado da pesquisa, o orçamento destinado ao AHM tem vindo a reduzir-se sistematicamente nos últimos anos.

Essa limitação impede, inclusive, a criação de estratégias sustentáveis de actuação institucional, evidenciando a ausência de uma política de financiamento contínuo e estruturado. De acordo com a UNESCO (2017), o financiamento regular e suficiente é condição *sine qua non* para o funcionamento eficaz de qualquer arquivo nacional, pois garante a execução de políticas públicas de memória e acesso à informação.

5.2.4. Fragilidades na capacitação e valorização profissional

As entrevistas efectuadas evidenciam fragilidades estruturais no que tange à capacitação e valorização dos profissionais do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). A elevada rotatividade de quadros, segundo dados da nossa pesquisa, reflecte a busca por melhores condições laborais em outras instituições, o que revela um cenário de instabilidade institucional. Apesar da existência de um plano de formação contínua, este tem-se mostrado insuficiente para suprir o *deficit* de qualificação técnica dos funcionários, comprometendo a eficiência e a sustentabilidade da instituição arquivística em estudo.

Adicionalmente, dados apontam para as precárias condições de trabalho, como a ausência de materiais de protecção individual e a inexistência de incentivos, que contribuem para o adoecimento de técnicos por doenças respiratórias e infecciosas, como a tuberculose. Tais condições, além de ferirem princípios básicos de saúde ocupacional, impactam directamente na qualidade da gestão documental e na conservação do acervo.

Conforme Boadu (2016), a valorização profissional é um pilar essencial para o bom desempenho das instituições arquivísticas. A motivação, o reconhecimento e a melhoria das condições de trabalho são factores determinantes para garantir a continuidade e a eficácia das actividades desempenhadas.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível a adopção de políticas institucionais voltadas à valorização dos profissionais da área, como a implementação de planos de carreira, oferta regular de capacitação técnica, melhoria das condições laborais e promoção de um ambiente saudável e

seguro. Essas medidas são fundamentais para mitigar a rotatividade, promover a estabilidade funcional e assegurar a qualidade dos serviços prestados pelo AHM à sociedade moçambicana.

5.3. Práticas e estratégias de preservação e acesso documental adoptadas pelo AHM

A preservação do acervo documental e a garantia de acesso à informação são pilares centrais da missão de qualquer instituição arquivística pública. No contexto do AHM, as práticas e estratégias adoptadas para assegurar tais objectivos revelam uma realidade marcada por limitações estruturais e funcionais, que reduzem significativamente a eficácia das acções de conservação e o cumprimento do direito à informação pública.

As entrevistas realizadas fornecem uma visão interna crítica sobre o estado actual da preservação e do acesso à documentação sob custódia do AHM. Neste sentido, ambos indicam que, embora exista uma consciência institucional sobre a importância da preservação e da acessibilidade, as estratégias adoptadas são limitadas, esporádicas e, muitas vezes, ineficazes frente às exigências do volume e valor histórico dos documentos custodiados.

No tocante à preservação, os relatos denunciam um quadro de fragilidade, com destaque às infiltrações nos tectos das instalações, exposição dos documentos à humidade, e ausência de equipamentos e materiais apropriados, sendo que tais condições comprometem a integridade física dos documentos e indicam falhas na implementação de medidas básicas de conservação preventiva, como controle de temperatura, humidade e acondicionamento adequado.

Do ponto de vista teórico, segundo Ribeiro (2006), a preservação documental requer um conjunto de procedimentos técnicos permanentes e integrados, que vão desde a avaliação do estado físico do acervo até a criação de ambientes controlados, passando pela restauração, digitalização e migração de suportes. A ausência de um plano sistemático de preservação no AHM contraria essas recomendações e expõe o acervo a riscos de perda irreversível.

Por outro lado, quanto à acessibilidade, os dados revelam uma política institucional de abertura ao público, com acesso livre mediante identificação pessoal. No entanto, esse acesso encontra barreiras práticas. Os entrevistados reconhecem que os documentos mais sensíveis, como os relacionados à PIDE ou à história da Frente de Libertação de Moçambique, são classificados

como sigilosos, exigindo autorização expressa da direcção do AHM para sua consulta. Embora essa medida tenha respaldo legal, conforme a Lei n.º 34/2014 de 31 de Dezembro (Lei do Direito à Informação) pode configurar um entrave ao direito de acesso à informação histórica, caso não esteja acompanhada de critérios objectivos e procedimentos transparentes. Além disso, a ausência de um catálogo digital acessível ao público, falta de organização de alguns fundos, e a carência de meios tecnológicos dificultam significativamente a consulta à distância e a difusão do acervo.

A literatura especializada, como destacam Santos e Rocha (2018), enfatiza que os arquivos nacionais devem investir em mecanismos de difusão e facilitação do acesso, incluindo bases de dados online, visitas guiadas e programas educativos voltados à valorização do património documental.

Segundo os dados fornecidos pelos nossos entrevistados, nota-se que, apesar das dificuldades, é importante destacar que os técnicos do AHM prestam apoio a outras instituições na organização e gestão de documentos, bem como na capacitação de funcionários. Tal actuação, embora louvável, não pode substituir a necessidade de um plano institucional interno de preservação e promoção do acesso, com metas, recursos e prazos claramente definidos.

A análise crítica das práticas actuais do AHM evidencia que, embora existam intenções positivas e acções pontuais, a instituição carece de uma política integrada e sustentável de preservação documental e acessibilidade. A superação desses desafios exige o fortalecimento institucional do AHM, com alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos adequados, bem como o engajamento de parceiros públicos e privados em iniciativas de preservação e difusão do património arquivístico nacional.

5.4. Estratégias para o fortalecimento do AHM à luz das tendências arquivísticas e necessidades nacionais

A análise dos desafios enfrentados pelo AHM, conforme revelado nas entrevistas realizadas com os seus quadros seniores, evidencia a urgência de reformas estruturais, funcionais e tecnológicas que permitam à instituição cumprir efectivamente o seu papel de preservação da memória nacional e de promoção do acesso à informação. Neste sentido, os mesmos apresentam um

conjunto de estratégias que na sua opinião, podem contribuir no fortalecimento institucional do AHM, com base nas tendências globais da arquivística e nas especificidades do contexto moçambicano, a saber:

1. **Fortalecimento institucional e financiamento sustentável:** Uma das recomendações centrais é a institucionalização de um plano estratégico de desenvolvimento arquivístico, com metas de curto, médio e longo prazos, sustentado por financiamento regular e sustentável. Conforme apontam os entrevistados, a principal fragilidade da instituição reside na escassez de recursos financeiros, o que inviabiliza acções permanentes de conservação, digitalização e capacitação;
2. **Adopção de tecnologias arquivísticas e digitalização sistemática:** adopção progressiva de tecnologias da informação, com foco na digitalização sistemática do acervo, criação de repositórios digitais e implementação de sistemas electrónicos de gestão de documentos;
3. **Requalificação das infra-estruturas e condições de trabalho:** investimentos imediatos na requalificação das infra-estruturas físicas do AHM, especialmente no que diz respeito à segurança e à conservação do acervo. As actuais instalações são marcadas por infiltrações, humidade e ausência de condições ambientais apropriadas, o que põe em risco a integridade dos documentos e a saúde dos funcionários;
4. **Elaboração de uma política nacional de arquivos e capacitação contínua:** O fortalecimento do AHM requer sua inserção activa na formulação e implementação de uma Política Nacional de Arquivos, especialmente diante da ausência de uma legislação arquivística específica em Moçambique. Embora existam políticas públicas voltadas à gestão documental, os entrevistados apontam que estas são frequentemente ineficazes ou não executadas, o que evidencia a necessidade de reposicionar o AHM como órgão central no Sistema Nacional de Arquivos e nos processos de modernização administrativa do Estado. Paralelamente, torna-se indispensável investir na capacitação contínua dos seus quadros técnicos, com foco nas exigências da arquivística contemporânea, como a preservação digital, a gestão electrónica de documentos e o acesso à informação, promovendo parcerias com instituições de ensino e organismos congéneres internacionais;

5. **Acesso à informação e valorização do acervo:** é necessário promover a valorização do acervo do AHM como património documental nacional. Isso implica ampliar o acesso público à documentação por meio de plataformas digitais, exposições temáticas, projectos de educação patrimonial e parcerias com centros de pesquisa. Deve-se, ainda, rever os critérios de restrição de acesso a documentos sigilosos, garantindo a transparência e o respeito ao direito à informação, conforme previsto na Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Direito à Informação).

De um modo geral, constata-se que o fortalecimento do AHM exige um conjunto articulado de estratégias que incluem a criação de um plano estratégico institucional com financiamento sustentável, a modernização das infra-estruturas físicas, a integração efectiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) com foco na digitalização sistemática do acervo, e a valorização dos profissionais por meio de capacitação contínua e melhores condições de trabalho. É igualmente fundamental reposicionar o AHM como actor central na formulação de uma Política Nacional de Arquivos, suprimindo a ausência de uma legislação arquivística específica e assegurando seu protagonismo na preservação da memória nacional. Além disso, recomenda-se ampliar o acesso à informação por meio de plataformas digitais, projectos educativos e revisão dos critérios de restrição documental, alinhando a instituição às melhores práticas internacionais da arquivística contemporânea.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade analisar os desafios e as perspectivas do AHM ao longo dos seus 90 anos de existência, com especial atenção ao seu papel enquanto única instituição arquivística formalmente estabelecida no país. A partir de uma abordagem qualitativa, sustentada por revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com quadros seniores da instituição, foi possível obter um panorama aprofundado sobre a evolução histórica, o funcionamento actual e as limitações enfrentadas pela instituição.

Os dados revelam que, apesar do papel central do AHM na salvaguarda da memória documental moçambicana, a instituição enfrenta um conjunto persistente de desafios estruturais, tecnológicos, financeiros e humanos. A degradação das infra-estruturas, a ausência de políticas eficazes de preservação documental, a insuficiência de recursos orçamentários e a carência de investimentos em tecnologias de informação são obstáculos que comprometem o pleno cumprimento da missão institucional do AHM. Ademais, as condições precárias de trabalho e a falta de valorização profissional reflectem uma realidade que desestimula os responsáveis pelo tratamento documental, afectando directamente a qualidade dos serviços prestados.

Outro aspecto relevante identificado é a fragilidade do acesso à informação, em parte devido à inexistência de catálogos digitais, critérios restritivos aplicados a certos fundos documentais e falta de organização de alguns fundos arquivísticos preservados no AHM. Embora exista abertura formal para a consulta pública, persistem barreiras práticas e técnicas que limitam a democratização do acesso da informação arquivística, contrariando princípios fundamentais da Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro – Lei do Direito à Informação.

A ausência de uma política nacional de arquivos e de uma legislação arquivística específica em Moçambique agrava ainda mais esse cenário. Como foi debatido, torna-se imperativo que o AHM assuma um papel de liderança na formulação e promoção dessa política, articulando esforços com outras instituições do Estado, universidades e organismos internacionais para consolidar um Sistema Nacional de Arquivos do Estado estruturado, sustentável e alinhado às boas práticas internacionais da arquivística contemporânea.

Apesar dos entraves, é notório o compromisso dos técnicos e responsáveis do AHM em manter viva a missão da instituição, mesmo diante da escassez de meios. As entrevistas revelaram também iniciativas pontuais de digitalização, apoio à organização de arquivos em outras instituições e esforços de capacitação, embora estas acções careçam de sistematização e suporte contínuo.

Neste sentido, as estratégias propostas ao longo do capítulo cinco indicam caminhos viáveis para o fortalecimento do AHM, destacando-se: a institucionalização de um plano estratégico com financiamento sustentável; a requalificação das infra-estruturas e aquisição de equipamentos; a integração das TIC's; a valorização profissional dos técnicos arquivistas; e a adopção de medidas de ampliação do acesso e valorização do acervo documental.

Portanto, conclui-se que o Arquivo Histórico de Moçambique, apesar das adversidades, possui potencial para consolidar-se como um centro de excelência arquivística nacional e regional. Para tanto, requer-se vontade política, investimentos estruturantes, valorização do conhecimento técnico-científico e uma visão estratégica que compreenda os arquivos como instrumentos fundamentais de cidadania, memória, transparência e desenvolvimento.

Este trabalho, ao mapear criticamente os 90 anos do AHM, procura contribuir para o debate e a formulação de políticas públicas arquivísticas em Moçambique, e convida investigadores, gestores e decisores políticos a repensar o papel dos arquivos como eixo estruturante de uma sociedade mais informada, justa e democrática.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Historial e missão. Maputo: AHM, 2020. Disponível em: <https://www.ahm.uem.mz>. Acesso em: 27 Abril 2025.
- ✓ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.
- ✓ ASSMANN, Jan. *A mente cultural: escrita, memória e política*. São Paulo: Contexto, 2011.
- ✓ BARROS, Dirlene Santos. AMÈLIA, Dulce. *Arquivo e memória: uma relação indissociável*. TransInformação, Campinas, 21(1): 55-61, Jan./abr., 2009
- ✓ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística - Objecto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- ✓ BOADU, Godfred. Desenvolvimento arquivístico na África: a necessidade de uma abordagem sistemática. *Information Development*, v. 32, n. 2, p. 159–165, 2016.
- ✓ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- ✓ CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.
- ✓ CASTRO, A. C. de. *Acesso à informação: interfaces e desafios na sociedade contemporânea*. Revista Informação & Sociedade, v. 23, n. 2, 2013.
- ✓ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ✓ GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. UFRGS. Rio Grande do Sul. 2009.
- ✓ GOMES, Priscila Ribeiro. PINTO, Luiza Angelica Lisboa. *Instituições Arquivísticas Nacionais e Ações Educativas: um estudo comparativo*. N.15, 2018,
- ✓ JARDIM, José Maria. *A invenção da memória nos arquivos públicos*. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.
- ✓ *Instituições arquivísticas: estrutura e organização; a situação dos arquivos estaduais*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1986
- ✓ LOPES, Fátima. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. São Paulo: Polis, 2005.

- ✓ COOK, Terry. We Are What We Keep; We Keep What We Are. *The American Archivist*, v. 75, n. 1, p. 614-618, 2011. (traduzido em português)
- ✓ DURANTI, Luciana. *DiplomaTIC's: New Uses for an Old Science*. Lanham: Scarecrow Press, 1994.
- ✓ KETELAAR, Eric. *Tacit Narratives: The Meaning of Archives*. *Archival Science*, v. 1, n. 2, 2001.
- ✓ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995
- ✓ MACIE, G.C. CABSELA, C.P. NHARRELUGA, R.S. *A classificação e o acesso à informação em Moçambique*. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 4-22, Set. 2020/Fev. 2021.
- ✓ MACIE, Gildo Carlos. *Governança democrática e acesso à informação: da legislação ao (in) acesso À informação arquivística*. In Diálogos e Governança. Newsletter do Departamento de Ciências Políticas e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Fevereiro de 2022.
- ✓ MARIZ, Anna Carla Almeida. *Internet e Arquivologia: Instituições arquivísticas, usuários e lei do acesso à informação*. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p. 28-47, Jul./Dez. 2012.
- ✓ MOÇAMBIQUE. *Conselho de Ministros. Estratégia para Gestão de Documentos e Arquivos do Estado*. Aprovada na 26.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, em 24 de Outubro de 2006. Maputo: Conselho de Ministros, 2006
- ✓ MOÇAMBIQUE. *Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro. Estabelece o regime jurídico de acesso à informação*. *Boletim da República*, I Série, n.º 105, Suplemento, Maputo, 31 dez. 2014.
- ✓ NHARRELUGA, Rafael Simone. *O Estado e a construção da ordem arquivística em Moçambique (1975-2010)*. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, Política e Bens Culturais.
- ✓ PAES, Marilena Leite. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- ✓ RIBEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. *Preservação documental: políticas e técnicas*. São Paulo: UNESP, 2006.
- ✓ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ✓ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1998.
- ✓ SANTA ANNA, M. A.; SILVA, J. F. *Novos rumos aos fazeres arquivísticos: práticas de gestão de documentos em um arquivo privado*. In: Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2015. p. 36.
- ✓ SANTOS, Renato Franco; ROCHA, Patrícia Martins. *Arquivos públicos e o direito de acesso à informação: entre a preservação e a transparência*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 31, n. 64, p. 265-288, 2018.
- ✓ SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. *Archives, records, and power: the making of modern memory*. *Archival Science*, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002.
- ✓ SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ✓ SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. A. de C. *Acesso e difusão da informação em arquivos públicos: limites e possibilidades*. *Arquivística.net*, v. 4, n. 1, 2016.
- ✓ STAL, E. *Governança de TI: guia de referência para a boa governança*. São Paulo: Senac, 2007.
- ✓ UNESCO. *Gestão de arquivos: manual de procedimentos*. Paris: UNESCO, 2017.
- ✓ VILHENA, Cláudia Maria Alves. DIAS, Célia da Consolação. *Arquivo, Biblioteca e Museu como espaços de cultura e preservação: uma experiência docente*. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.29, n.3, p. 81-94, Jul. /Set. 2019.

GUIÃO DE ENTREVISTA



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARQUIVÍSTICA

GUIÃO DE ENTREVISTA

PROJETO DE MONOGRAFIA:

90 ANOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE:

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ÚNICA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA EM
MOÇAMBIQUE**

Entrevistador: Alberto Machado Júnior

Entrevistado: _____

Função/Cargo: _____

Data: ____ / ____ / _____

Local: _____

I. Introdução e Consentimento

1. O senhor(a) autoriza que esta entrevista seja gravada e utilizada exclusivamente para fins académicos, no contexto desta pesquisa?
2. Está ciente de que todas as suas respostas serão tratadas com confidencialidade?

II. Dados Gerais do Entrevistado

3. Qual é a sua formação académica?
4. Há quanto tempo trabalha no Arquivo Histórico de Moçambique?
5. Qual é a sua função actual dentro da instituição?

III. Trajectória e Evolução Institucional

6. Como descreveria a evolução do AHM desde que começou a trabalhar na instituição?
7. Quais foram, na sua opinião, os marcos mais significativos na história recente do AHM?
8. O AHM já passou por reformas estruturais ou organizacionais relevantes nas últimas décadas?
9. Como está estruturado o enquadramento institucional do AHM na administração pública moçambicana? Qual é a sua posição dentro da estrutura político-administrativa do Estado?

IV. Desafios Enfrentados

10. Quais são os principais desafios enfrentados actualmente pelo AHM nas seguintes áreas:
 - a) Recursos humanos
 - b) Infra-estruturas físicas
 - c) Tecnologia e digitalização
 - d) Financiamento e recursos financeiros
11. O que tem dificultado a modernização e a digitalização dos acervos?
12. Existem políticas públicas ou directrizes do Estado que limitam ou apoiam o desempenho da instituição?

V. Preservação e Acesso

13. Que critérios são utilizados para a preservação e classificação dos documentos?
14. Como é garantido o acesso dos cidadãos aos documentos arquivados?
15. Existem documentos restritos? Se sim, quais os critérios de restrição?

16. Como o AHM tem respondido às exigências da Lei do Direito à Informação (Lei n.º 34/2014)?
17. Como é feita a gestão dos arquivos já recolhidos pelo AHM (e não apenas documentos isolados)? Quais são os critérios e processos utilizados?
18. O AHM presta apoio técnico aos serviços de arquivo da administração pública? Se sim, como esse apoio é realizado na prática?

VI. Perspectivas Futuras

19. Quais são as estratégias ou projectos actuais voltados à modernização da instituição?
20. Existe algum plano para a formação contínua dos profissionais da casa?
21. De que forma a instituição pretende lidar com os desafios impostos pelas novas tecnologias de informação?
22. Como o AHM se projecta enquanto instrumento de preservação da memória e fortalecimento da cidadania moçambicana?
23. Na sua opinião, o que seria essencial para garantir a sustentabilidade e relevância do AHM nos próximos anos?

VII. Considerações Finais

24. Deseja acrescentar mais alguma informação relevante para esta pesquisa?
25. Que recomendações faria para a melhoria do desempenho do AHM como principal instituição arquivística do país?